



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Grupo Setorial de Coord. do Gerenciamento Costeiro do Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananéia

5ª Reunião Ordinária

28/04/2011 – Colônia de Pescadores de Cananéia – Cananéia, SP.

A reunião iniciou-se com a aprovação da ata anterior. Isadora Parada (CPLA/SMA) enfatizou a prioridade que foi dada ao ZEE da Baixada Santista, o que postergou o processo no Complexo Estuarino-Lagunar. Explicou como se dará a cessão dos arquivos em formato kml do “status” da proposta de zoneamento. Estes arquivos serão repassados mediante assinatura de termo de compromisso para cessão da base cartográfica. Para esta fase do trabalho, ressaltou ainda a importância de se redefinir o cronograma de reuniões em cada um dos municípios – Cananéia, Ilha Comprida e Iguape.

Na pauta de reunião para hoje entraram os seguintes temas: uma breve explanação sobre a situação do ZEE nos setores do Estado (Litoral Norte, Baixada Santista e Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananéia); o andamento dos trabalhos na Baixada Santista, com a revisão das áreas de destaques do CONSEMA e a criação de novas Unidades de Conservação (em Bertioga e ampliação do Parque Estadual da Serra do Mar - PESM).

Isadora também informou que a CPLA/SMA está retomando as atividades do Gerenciamento Costeiro no Vale do Ribeira. Lembrou que a região é dividida em dois setores: Vale do Ribeira e Complexo Estuarino-Lagunar. No caso do Vale do Ribeira, o grupo terá 9 representantes para de cada segmento (Estado, Municípios e Sociedade Civil).

Luiz Roberto Numa de Oliveira (CPLA/SMA) apresentou o informe da reunião do grupo nacional do GERCO, em Brasília, DF., no qual foi discutido o Projeto Orla. Informou também sobre a criação das câmaras regionais do CONSEMA, especialmente a do Vale do Ribeira, que foi decidida na última reunião deste órgão. Ainda sobre Brasília e o GERCO nacional, falou sobre a articulação entre os trabalhos nos âmbitos estadual e federal. Houve um contato com o pessoal do Ministério do Meio Ambiente (MMA) que trabalha o ZEE, para afinar os procedimentos metodológicos e diferentes regulamentações. Luiz Roberto informou também sobre a capacitação a ser realizada, no âmbito de um acordo de cooperação entre Brasil e Espanha, sobre a gestão da orla.

Luiz Roberto explicou para o Grupo Setorial como se dá a divisão do trabalho internamente na CPLA/SMA. Comentou sobre a separação do trabalho do zoneamento marinho, por demandar maior especialização. Explicou que o Grupo Estadual de Coordenação está sendo reativado, e fez uma comparação entre este ente e o CRH para o comitê de bacias, por tratar-se de uma composição tripartite, porém não está definido o número de participantes. Ressaltou a importância do papel de articulação do grupo estadual para concatenar o trabalho dos setores costeiros.

Isadora falou sobre as oficinas do Instituto Socioambiental a respeito do Plano Diretor de Matas Ciliares. Falou também sobre o levantamento de áreas prioritárias de conservação. Houve reunião em Registro, e haverá outras em outros municípios.

Luiz Roberto falou sobre o Decreto Federal nº 5.300/2004, que regulamenta a Lei de Gerenciamento Costeiro, e sobre a necessidade de se reportar a ele na hora de trabalhar setorialmente. Isso, principalmente, por conta da questão de restrições da legislação ambiental. Ressaltou a importância de se dar atenção ao capítulo 2, que trata da gestão da orla. A definição dada pelo decreto federal estabelece critérios específicos para gestão desta área. Cria tipologias de uso e divide em categorias.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Houve diversos questionamentos sobre como isto se coloca na gestão costeira. Como ficam as Unidades de Conservação (UC) e seus zoneamentos específicos?

Luiz Roberto falou sobre as dificuldades dadas e como o próprio MMA está confuso com relação a isto. Propôs continuar a dinâmica de trabalho na região para ver como ficam estas questões no Complexo Estuarino-Lagunar. Isadora aproveitou para propor aos gestores de UCs presentes que fosse feito um breve relato sobre a situação dos Planos de Manejo das UCs (Resex, Parques e APA marinha).

Antonio Eduardo Sodrzieiski (CATI/SAA) questionou sobre qual a metodologia a ser adotada. Como compatibilizar o zoneamento com o Projeto Orla? Necessidade de se evitar trabalho desnecessário ou inadequado, que não considere a compatibilidade das políticas.

Luiz Roberto sugere que se levantem como estão sendo feitos vários trabalhos dentro de uma visão estratégica, ou seja, que se levantem os enquadramentos de uso possíveis e desejáveis e que, quando terminado, se volte para as áreas conflituosas.

Alineide Costa Lucena (FF/SMA) pergunta como isso vai ser trabalhado. No seu ver, deixar o conflito para trabalhar no final pode ser uma forma pior de lidar com o problema. As áreas de orla e terrestre são mais complexas de lidar do que as marinhas.

Isadora lembrou que podem ser criadas subzonas (zonas especiais) que qualificam as áreas, de modo a lidar com as especificidades de cada uma.

Passou-se então ao relato, por parte dos gestores das Unidades de Conservação presentes sobre o status dos Planos de Manejo das UCs.

Leandro Caetano, gestor da APA Ilha Comprida e da APA Serra do Mar disse que, no caso da Ilha Comprida, o conselho gestor está em funcionamento e os trabalhos do Plano de Manejo estão sendo iniciados. Foi criado um grupo técnico específico para revisão do Zoneamento, que é a principal preocupação quanto à gestão. O uso do solo atual é muito diferente do que estava previsto no zoneamento. Quanto à apresentação do plano, diz que o ideal é fazer todas as oficinas no Boqueirão norte (região mais populosa). Haverá seis reuniões preliminares regionais, e será dado um prazo de um mês para consulta pública (provavelmente em junho). A licitação segue o padrão técnica e preço (exigência do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID), sendo que o peso é de 70% técnica e 30% preço.

Alineide Costa Lucena, gestora da APA Marinha Litoral Sul, disse que a contratação do serviço de elaboração do Plano de Manejo segue o padrão BID. A expectativa de início de trabalho é entre agosto e setembro. A empresa contratada irá elaborar o zoneamento, que será construído após as oficinas participativas. Previsão de um ano e meio de duração do processo.

Osmar Pontes (FF/SMA), a respeito da elaboração dos Planos de Manejo das RESEX e RDS, informou que serão elaborados em breve os Planos de Manejo de todas as Unidades do Mosaico de Jacupiranga, porém, no caso específico das RESEX e RDS, os planos de utilização, elaborados em 2009, são os instrumentos de apoio à gestão da Unidade.

Dado o atraso na programação da reunião, Isadora demonstrou preocupação em aproveitar o deslocamento de todos, especialmente dos membros da sociedade civil, para não desperdiçar a mobilização. Fez então a apresentação do mapa com Unidades de Conservação e sobreposição das



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

propostas apresentadas pelo grupo até outubro de 2010, data da última reunião. Isadora ressalta que, por enquanto, a descrição das áreas é mais importante do que o enquadramento em zonas. Houve alguns comentários sobre algumas áreas específicas (Tumba, Ariri), em relação à tipologia de uso do solo presente nessas áreas.

Mayra Jankowsky (Prefeitura Municipal de Cananéia) levantou a discussão sobre a classificação de rural e urbano, de difícil resolução especialmente em municípios pequenos. Antonio lembrou o status de distrito do Ariri, que o qualifica como urbano. Fez a recomendação de que os municípios – no caso, Cananéia – devem procurar a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e fazer acordos para a regularização de lotes e da titularidade das terras, até para melhorar a gestão municipal. Acrescentou que, com a demarcação dos núcleos urbanos, a titulação passa para o âmbito do Município, gerando até maior arrecadação (IPTU). Mayra perguntou se dentro dos *shapefiles* apresentados estão demarcadas todas as áreas de preservação permanente (APP).

Isadora respondeu que até uma certa escala isso está representado (como nos manguezais, por exemplo), porém em pequenos cursos d'água não é necessário esse mapeamento. Até porque, independentemente do enquadramento em cada uma das zonas, a legislação referente às áreas de preservação permanente continua incidindo.

Luiz Roberto e Isadora apresentaram, por meio de uma tabela, os usos previstos em cada zona, segundo o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (Lei Estadual nº 10.019/98).

Luiz Roberto diz ser necessário fechar questão no que diz respeito às RESEX, para continuar depois. Os usos nas RESEX são diferentes, deste modo é aconselhável diferenciá-las no mapeamento. Ficou definido que cada RESEX e RDS serão enquadradas como Z2 Especial, sendo uma sub-zona para cada uma, onde os usos serão definidos em acordo com seus Planos de Manejo.

Foi resolvido que a área contígua ao Ariri ficará como Z4 por conta da expansão urbana, seguindo pela estrada até a ponte. As demais áreas contíguas foram classificadas Z3 por conta de uso agrossilvopastoril.

Antonio diz que a idéia é verificar a dinâmica ao longo do tempo, e daí se houver uma mudança que exija correção no zoneamento, isso será feito. Questionou sobre se RESEX possui área de amortecimento. Respondido por pessoas do Grupo Setorial que sim: apenas APA e RPPN não têm (de acordo com o SNUC). Isadora apresentou ainda a localização da zona de amortecimento do Mandira, que faz diversas recomendações para a área, porém sem novas proibições.

Mayra questionou sobre o tipo de serviço de utilidade pública que pode haver em Z3, porque atualmente diversos serviços são negados por conta do dilema da classificação rural/urbano. Há problemas de fechamento de escolas rurais e há preocupação em não criar mais um argumento para este tipo de política. Propôs que seja inserida alguma coisa que ressalte a importância de manter a autonomia destas comunidades isoladas, de modo a manter funcionando serviços essenciais. Sobre o desenho da área de expansão urbana de Cananéia, é necessário conversar com o município para verificar qual a visão deste.

Haverá uma nova reunião de continuidade dos trabalhos do grupo, provavelmente na data de 26/05/11.